

HABEAS CORPUS Nº 560.298 - RO (2020/0027591-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : GILSON CARVALHO AIACHE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fls. 15/16):

Habeas corpus. Tráfico de drogas. Prisão preventiva. Requisitos presentes. Garantia da ordem pública. Medidas cautelares. Insuficiência. Eventuais condições pessoais favoráveis. Irrelevância. Ordem denegada.

1. Inexiste constrangimento ilegal na prisão se conhecida situação anormal, reveladora de hipótese em que pelo *modus operandi* utilizado impele a resposta do Estado, a garantir a ordem pública, sobretudo para acautelar o meio social.

2. A ordem pública se constitui em bem jurídico que pode resultar mais ou menos fragilizado pelo modo personalizado com que se dá a concreta violação da integridade das pessoas. Pressuposto da prisão cautelar plenamente justificado pela imperiosa necessidade de acautelar o meio social contra fatores de perturbação que se localizam na gravidade incomum do crime.

3. As circunstâncias em que se deu a prisão do paciente revela, em tese, o tráfico de droga, demonstrando periculosidade incompatível com o estado de liberdade, não sendo suficiente a aplicação de medidas alternativas.

4. Eventuais condições pessoais favoráveis, por si sós, são insuficientes para autorizar a concessão da liberdade provisória se presentes os motivos que autorizam o decreto da prisão preventiva devidamente fundamentado diante dos elementos dados ao conhecimento do julgador.

5. Ordem denegada.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante e teve sua prisão convertida em preventiva, pela prática dos crimes descritos no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06 e art. 16 da Lei 10.826/03.

Em síntese, alega a impetrante ausência dos pressupostos autorizadores da segregação preventiva, *baseada tão somente em expressões amplas e genéricas* (fl. 5).

Aponta a primariedade do paciente.

Liminarmente, requer a concessão da liberdade provisória e imposição de medidas cautelares diversas da prisão; no mérito, a concessão definitiva do *writ* originário.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo não conhecimento do *writ*.

A ação penal n. 14498-06.2019.8.22.0501, da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho, encontra-se na fase de apresentação de alegações finais, conforme informações processuais extraídas do *site* da Corte estadual (acesso: 19/3/2020).

É o relatório.

DECIDO.

Alega a defesa a ausência dos requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva, pugnando por sua revogação ou substituição por outras medidas cautelares.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que decretou a prisão preventiva foi assim fundamentada (fl. 30):

Analizando os autos, concludo, sobretudo pelo auto de apresentação e apreensão, pelo laudo toxicológico preliminar e, ainda, pelo depoimento do condutor e testemunhas, que há indícios sérios do cometimento de fato típico e ilícito, ou seja, neste momento verifico que há materialidade do crime de tráfico de drogas. Por outro lado, considerando os mesmos elementos de informação acima mencionados, vejo a presença de indícios de autoria, esses que recaem sobre GILSON CARVALHO AIACHE.

Quanto a aplicação de medidas cautelares de natureza pessoal, na forma do art. 310, do CPP, **levando em conta a considerável quantidade de droga encontrada - 230 g de cocaína -; os apetrechos usados no preparo da droga, somada a quantia em dinheiro encontrada e, ainda, as informações recebidas pelos policiais, revelam que neste momento a prisão é a única medida eficaz para acautelar a ordem publica.**

Registra-se, ainda, que o flagranteado é reincidente específico, possui condenação pelo crime de tráfico de drogas sendo que encontra-se em fase de cumprimento de pena.

Assim, a vida pregressa do flagranteado impossibilita a concessão de benefícios legais, tais como liberdade provisória, substituição de pena privativa liberdade, suspensão condicional de pena. As circunstâncias demonstram a insensibilidade do flagranteado para a aplicação da lei penal, o que revela a necessidade da custódia cautelar.

Assim sendo, nos termos do art. 310, II, c.c. art. 312, ambos do CPP, **CONVERTO a prisão em flagrante de GILSON CARVALHO AIACHE, já qualificado, em PRISÃO PREVENTIVA.**

Conforme destacado quando da análise da medida liminar, consta do

decreto prisional fundamentação idônea para a decretação da mais gravosa cautelar penal, pois além da expressiva quantidade de cocaína apreendida (230g), o paciente é *reincidente específico*, [e] *possui condenação pelo crime de tráfico de drogas sendo que encontra-se em fase de cumprimento de pena*.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública, como no caso dos autos. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator